

**O singular e o poder simbólico como categorias estruturantes
para a produção jornalística de conhecimento**

Roberto DORNELLES¹
Bianca COSTA²

Resumo

O ensaio discute a possibilidade de compreender o jornalismo como uma forma de conhecimento sobre a realidade. Nesse sentido, o trabalho articula as teorias de Park (2008), Genro Filho (1987) e Meditsch (1997), que apontam o jornalismo como uma forma específica de conhecimento, levando em consideração as diferentes abordagens desses autores sobre essa forma de produzir conhecimento através do trabalho jornalístico. Com isso, o texto elabora a ideia de que a especificidade desse conhecimento pode ser observada a partir de categorias como *singularidade* e *poder simbólico*. Por último, defende a singularidade como a matéria prima por excelência do jornalismo, responsável por materializar as informações; e que o poder simbólico é aquele que pode dar ao jornalismo a condição de produzir um conhecimento que influencie na forma de organização social.

Palavras-Chave: Jornalismo. Produção de Conhecimento. Singular. Poder Simbólico.

Introdução

Neste ensaio abordamos a discussão sobre a natureza do jornalismo e da possibilidade de constituir-se enquanto uma forma de conhecimento. Procuramos evidenciar, por meio das teorias de Robert Park (2008), Adelmo Genro Filho (1987) e Eduardo Meditsch (1997), que o jornalismo pode constituir-se como uma forma de produção de conhecimento, mas um conhecimento que se diferencia daquele produzido pela ciência. Essa diferença se dá em dois pontos principais: o primeiro pelo fato de que o jornalismo tem como cerne de sua produção a abordagem dos fenômenos e acontecimentos sociais a partir da categoria filosófica do *singular*; o segundo, porque o conhecimento produzido pelo jornalismo é carregado de

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bolsista do CNPq, e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

uma espécie de *poder simbólico* – teorizado por Pierre Bourdieu (1989). Poder que permite ao jornalismo ser capaz de influenciar nos acontecimentos e, em última instância, contribuir para a forma com que se organiza a sociedade.

O objetivo deste trabalho é contribuir para o debate sobre as potencialidades do jornalismo enquanto produtor de um conhecimento que pode assumir duas formas distintas: de um lado, pode ser capaz de contribuir, por meio da utilização do *poder simbólico*, para a sedimentação de uma forma de pensamento que defenda a ordem estabelecida e induz aos sujeitos a um amoldamento a lógica do sistema; de outro lado, o jornalismo, a partir da abordagem da *singularidade* que lhe é imanente, pode constituir-se como parte componente para um processo que visa obter uma transformação radical da organização social, contribuindo assim, não para a socialização, mas para a emancipação dos sujeitos humano-sociais.

Nesse sentido, dentro de uma análise histórica, trataremos na próxima seção, do debate teórico existente sobre a possibilidade de o jornalismo produzir uma forma de conhecimento. Com isso, acreditamos que estaremos tratando da própria natureza da atividade jornalística. Na seção seguinte, trabalhamos com a ideia de que os fatos jornalísticos são socialmente construídos e, que paralelo a isso, o jornalismo possui uma qualidade de poder contribuir para socialização do mundo entre os seres humano-sociais. Na última seção abordamos diretamente a ideia de que as categorias de *singular* e *poder simbólico* constituem a base para a produção do conhecimento pela atividade jornalística. Finalmente, tecemos algumas notas conclusivas sobre a proposta aventada por este ensaio.

Debate a cerca do jornalismo como produção de conhecimento

Nesta seção descrevemos o debate sobre a possibilidade do jornalismo se constituir como uma forma de conhecimento. Para isso, partimos das contribuições de Robert Park (2008), Adelmo Genro Filho (1987) e Eduardo Meditsch (1997).

A primeira abordagem significativa sobre a possibilidade da atividade jornalística se constituir em uma forma de conhecimento foi exposta por Robert Park (2008) no ensaio *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento*³.

³ Ensaio publicado originalmente em 1940 no periódico *American Journal of Sociology*.

Neste ensaio o autor utiliza as categorias “conhecimento de” e “conhecimento acerca de”⁴, formuladas originalmente por William James⁵, para distinguir as formas de conhecimento. Park (2008) define a primeira forma de conhecimento da seguinte maneira:

Acquaintance with [conhecimento de] é um tipo de conhecimento que alguém inevitavelmente adquire ao longo de seus encontros pessoais e de primeira mão com o mundo ao seu redor. É o conhecimento que vem do uso e costume mais do que qualquer tipo de investigação formal ou sistemática (PARK, 2008, p.52).

O “conhecimento de” seria de acordo com Park (2008), uma forma de conhecimento incorporada pelo hábito, pelo costume, resumindo-se em um conhecimento intuitivo e instintivo. Diferente deste, o “conhecimento acerca de” seria um conhecimento analítico e formal. De acordo com o autor:

Em contraste, temos o tipo de conhecimento que James descreve como “conhecimento das coisas”. Tal conhecimento é formal e sistemático. É baseado na observação e no fato, no fato que foi verificado, rotulado, regimentado e finalmente classificado dentro desta ou daquela perspectiva, de acordo com o objetivo e o ponto de vista do investigador. “Knowledge about” [conhecimento acerca de] é conhecimento formal; significa conhecimento que alcançou algum grau de exatidão e precisão pela substituição de ideias pela realidade concreta, e de palavras por coisas (PARK, 2008, p.55).

Park (2008) sustenta que essa segunda forma de conhecimento que ele chama de “conhecimento científico” ou “conhecimento das coisas” não se constitui apenas em forma de experiência acumulada. Para o autor, *knowledge about* é um conhecimento que resulta de uma investigação sistemática da natureza e é buscado metodicamente com o aparato formal e lógico disponibilizado pela pesquisa científica.

Em relação à ideia do jornalismo constituir-se como uma forma de conhecimento, Park (2008) destaca que a notícia não pode ser considerada como uma forma de conhecimento sistemática como a das ciências, pois trata de eventos e não de coisas. No entanto, este autor observa que a notícia pode ter a mesma função para o público que tem a percepção para o indivíduo. Segundo Park (2008, p.60), “na sua forma mais elementar o conhecimento chega ao público não na forma de uma percepção, como ele chega ao indivíduo, mas na forma de uma comunicação”. Com isso, este autor destaca que, diferente de outros campos da ciência, a

⁴No original *Acquaintance with e Knowledge about*.

⁵Filósofo e psicólogo estadunidense ligado a corrente filosófica do pragmatismo.

notícia centra-se no presente:

A notícia, como forma de conhecimento, primeiramente não está interessada no passado ou no futuro, mas no presente. Pode-se dizer que a notícia existe somente no presente. [...] A notícia continua notícia até chegar as pessoas as quais ela possui “interesse de notícia”. Uma vez publicada e reconhecida sua importância, o que era notícia vira história (PARK, 2008, p.59).

Dessa forma, Park (2008) sustenta que a notícia:

[...] desempenha as mesmas funções para o público que a percepção desempenha para o indivíduo; isto é, não apenas informa, mas orienta o público, dando a todos a notícia do que está acontecendo. Ela faz isso sem qualquer esforço do repórter para interpretar os eventos que relata, exceto à medida que os torna compreensíveis e interessantes (PARK, 2008, p.60, grifo nosso).

Adelmo Genro Filho (1987) realiza um debate crítico em relação às posições de Robert Park. Genro Filho (1987) resume a proposição de Park em relação à primeira forma de conhecimento – “o conhecimento de” – como aquele que posicionado diante de um saber complexo e abstrato, não ultrapassaria o aspecto fenomênico, que emana do convívio familiar, da imediaticidade da experiência e do hábito que lhe corresponde. Já o “conhecimento acerca de” seria, na leitura de Genro Filho (1987), um conhecimento formal, que resultaria de uma abstração controlada e criteriosa, isto é, lógico e teórico. No entanto, Genro Filho adverte que:

O “conhecimento de” – indicado por Park como ponto inicial do contínuo onde se localiza a notícia – não é um “gênero” de conhecimento que possa ser concebido a-historicamente, fora das relações concretas de dominação e alienação. [...] Trata-se daquela esfera da vida cotidiana na qual a “práxis utilitária” configura os fenômenos da vida social como se fossem dados naturais e eternos, o mundo da *pseudoconcreticidade*⁶. Por isso, a divisão sugerida por James, e assumida por Park é redutora, pois supõe uma espécie de “senso comum” isento de contradições internas, cuja função seria somente reproduzir e reforçar as relações sociais vigentes, integrar os indivíduos na sociedade (GENRO FILHO, 1987, p. 57-58).

Genro Filho (1987) também contesta a ideia de Park, segundo a qual o jornalismo pode corresponder para o público às “mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo”:

Se é verdade que o gênero de conhecimento produzido pelo jornalismo corresponde, em certo sentido, às “mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo”, essa comparação não pode ser levada às últimas consequências. Na percepção

⁶ Ao tratarmos da questão do método no capítulo 4 desta dissertação, abordaremos o conceito de *pseudoconcreticidade* trabalhado pelo filósofo marxista Karel Kosik.

individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Consequentemente, não podemos falar de uma *correspondência* de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma “simulação” dessa correspondência (GENRO FILHO, 1987, p. 58-59).

Segundo Genro Filho (1987) é a partir dessa “simulação” que surge propriamente o *gênero de conhecimento*. Se não houvesse essa “simulação”, o autor enfatiza que, a relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que existem no cotidiano seria uma relação de experiência individual sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, resultando, com isso, em um grau determinado de conhecimento, um nível de abstração elementar.

Outro ponto em que Genro Filho (1987) contesta a formulação de Robert Park (2008) é no fato de que para Genro Filho as duas formas de conhecimento expostas por Park se limitam a um sentido vulgar de “reflexo” subjetivo de uma relação meramente operacional com o mundo, e essa forma de compreender torna-se ainda mais complicada quanto é transportada para o jornalismo. Com isso, Genro Filho destaca:

A partir de elementos potencialmente explosivos que atravessam todas as dimensões da produção simbólica de uma práxis socialmente dilacerada é que surge, de um lado, o reconhecimento da ideologia espontânea das classes dominantes e, de outro, a possibilidade de expansão da ideologia revolucionária a partir daquela. Ao não compreender essa questão, Robert Park acaba definindo o conhecimento produzido pelo jornalismo como um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no “status quo”, situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente. O jornalismo teria, assim, uma função estritamente “positiva” em relação à sociedade civil burguesa, tomada esta como referência universal. [...] Ele supõe que o jornalismo é uma forma de conhecimento que realiza socialmente as mesmas funções (GENRO FILHO, 1987, p. 59-60).

Genro Filho (1987) defende, ao contrário de Park, que se tomarmos o conhecimento como a dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade, podemos conceber o jornalismo como um das modalidades partícipes desse processo e, igualmente, atravessado por contradições.

Marx já indicou de forma inequívoca que a atividade prático-crítica dos homens está no coração do próprio conhecimento e, por isso mesmo, não se pode estabelecer uma contraposição absoluta entre sujeito e objeto, entre a percepção e a coisa ou, se preferirmos, entre a atividade social que produz o mundo humano e os conceitos que desvendam o universo (GENRO FILHO, 1987, p.60).

Meditsch (1997) na linha de Genro Filho, também concebe o jornalismo como uma das formas que compõem a totalidade dos processos de construção do conhecimento. Para isso, este autor faz uma síntese de três abordagens que tratam da questão da possibilidade de o jornalismo ser uma forma de conhecimento.

A primeira abordagem representada sobretudo pelo teórico austríaco Karl Kraus, possui uma visão que postula que a ciência é “o método de conhecimento” e, com isso, descarta qualquer possibilidade de o jornalismo ser abordado como um produtor de conhecimento. Para esta vertente representada por Kraus, o jornalismo não teria condições de produzir qualquer conhecimento válido e, mais do que disso, a atividade jornalística contribuiria apenas para a degradação do saber.

A segunda abordagem sobre o jornalismo analisada por Meditsch (1997) é aquela representada por Robert Park, que discutíamos acima. De acordo com o autor, essa segunda forma situa o jornalismo enquanto conhecimento como uma ciência menor, mas admite que não é de todo inútil. A terceira abordagem, segundo Meditsch (1997), enfatiza não o que o jornalismo tem de semelhante em relação às outras formas de produção de conhecimento, mas justamente ao que ele tem de único e original.

Para esta terceira abordagem, o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. [...] O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social (MEDITSCH, 1997, p.3).

Ao descrever a forma de conhecimento produzido pelo jornalismo, Meditsch (1997) destaca que enquanto método analítico e demonstrativo, o jornalismo é muito frágil, pois trabalha com noções pré-teóricas para representar a realidade. Por outro lado, o jornalismo se fortalece na medida em que as mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público. Dessa forma, o autor avalia que o conhecimento produzido pelo jornalismo será sempre menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal, mas em compensação, para o seu público será também menos artificial, deslocado ou até mesmo esotérico. Em outras palavras, para o público em geral o conhecimento produzido pelo jornalismo tem a

potencialidade de ser mais facilmente assimilado do que o conhecimento produzido por uma determinada ciência que, em muitos casos, fica restrito ao seu próprio campo de pesquisa. Ainda traçando a comparação entre o jornalismo e as ciências formais, Meditsch assinala que:

A revelação da novidade é um dado estrutural da retórica do Jornalismo - a conclusão a que conduz a sua argumentação. A forma com que chega a esta novidade também é diferente daquela utilizada pela ciência. Enquanto a ciência, abstraindo um aspecto de diferentes fatos, procura estabelecer as leis que regem as relações entre eles, *o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências* (MEDITSCH, 1997, p.8, grifo nosso).

Com isso, o autor destaca que o jornalismo não pode ser considerado uma “ciência mal feita”, pois não é uma ciência e nem pode aspirar a ser. Meditsch (1997) avalia que o jornalismo, como forma de conhecimento, tem a possibilidade de revelar aspectos da realidade que escapam às metodologias das ciências, mas, ao mesmo tempo, é incapaz de explicar por si mesmo a realidade que se propõe a revelar. Ao postular que o jornalismo produz e reproduz um conhecimento válido e útil para as sociedades e seus indivíduos, Meditsch (1997) enfatiza que esse conhecimento produzido pela atividade jornalística tem os seus próprios limites lógicos e apresenta também uma série de problemas estruturais. Com isso, o autor destaca:

Como toda outra forma de conhecimento, aquela que é produzida pelo Jornalismo será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetivamente por aqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida. [...] Um dos principais problemas do Jornalismo como modo de conhecimento é a falta de transparência destes condicionantes. A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não (MEDITSCH, 1997, p.9-10).

Ao defender que o jornalismo constitui uma forma de conhecimento, Meditsch (1997) aponta para a problemática da forma como esse conhecimento é produzido. Defendemos na linha deste mesmo autor e, sobretudo, na linha de Genro Filho (1987) que o jornalismo se constitui como uma forma de conhecimento social historicamente construída.

A construção social dos fatos jornalísticos e o potencial de socialização do jornalismo

A teorização de Genro Filho (1987) indica que a notícia se constitui na unidade básica de informação do jornalismo, sendo os *fatos jornalísticos*, que são objeto das notícias, a menor unidade de significação. Para Genro Filho (1987), assim como outras disciplinas científicas constroem os fatos com os quais trabalham, o jornalismo também constrói os seus, tendo uma maneira própria de perceber e produzir esses “seus fatos”.

Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas. Isso quer dizer que há certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente. A objetividade oferece uma multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas. Além disso, a significação dos fenômenos é algo que, constantemente, vai se produzindo pela dialética dos objetos em si mesmos quanto da relação sujeito-objeto. O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independentemente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos (GENRO FILHO, 1987, p.186-187).

Dessa forma, o autor destaca que os fatos jornalísticos fazem parte de uma construção social e que a pretensa “objetividade jornalística” carrega consigo uma ideologia que é a ideologia burguesa, tendo a função de contribuir para reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Conforme Genro Filho, essa “objetividade” de fundo positivista implica em negar a dialética do processo histórico que constrói os fatos, resultando em uma compreensão do mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Nessa lógica, afirma Adelmo Genro Filho, caberia ao jornalista a simples função de recolher os fatos da realidade como se fossem “pedrinhas coloridas”.

Em um processo dialético, é possível dizer que o jornalismo cria os fatos que o sustenta, mas ao mesmo tempo é criado pelos fatos, pois não pode arbitrariamente negar a realidade objetiva. Dessa forma, pode-se afirmar, seguindo o raciocínio de Meditsch (2010), que o jornalismo não constrói a realidade social, mas pode se constituir como uma forma de socialização desta realidade. Meditsch (2010) fundamentado em Berger e Luckmann (1966), afirma que no processo de construção social da realidade o jornalismo pode ser incluído entre os atores que contribuem significativamente para essa construção, mas não pode ser

compreendido como o ator único e nem mesmo como o principal.

Para sustentar essa ideia o autor descreve que, para Berger e Luckmann (1966), a construção da realidade passa por duas formas principais de socialização: socialização primária e socialização secundária. A *socialização primária* é aquela que define fundamentalmente o princípio de realidade a partir do qual o indivíduo identifica natural e espontaneamente o que é real e conhecido, sendo a partir dessa primeira forma de socialização que a pessoa poderá conhecer a realidade em que estará inserida na vida cotidiana; a *socialização secundária* surge no momento em que os seres humanos passam por um segundo estágio de “treinamento especializado”, que Meditsch (2010) exemplifica pela divisão do trabalho na sociedade, e o conseqüente ingresso dos indivíduos nos “papéis institucionais” definidos por essa sociedade. Essa segunda forma de socialização ocorre principalmente através dos sistemas pedagógicos especializados. É “secundária”, de acordo com este autor porque agrega um submundo à realidade dominante internalizada pela “socialização primária”, mas não a substitui totalmente. Neste esquema, para Meditsch (2010), o jornalismo poderia ser considerado uma forma de socialização se fosse confrontado com as duas anteriores, constituindo-se como uma terceira forma de socialização:

Em termos de interiorização da realidade, em coerência com a teoria de Berger e Luckmann, o jornalismo só poderia ser visto como uma forma de socialização ainda mais tênue em termos de construção da realidade, talvez denominada adequadamente de “terciária” se confrontada com os níveis anteriores. Teria o papel de “conservação” e de “atualização” das realidades internalizadas nas socializações primária e secundária, no mesmo sentido em que os autores falam da função da conversa na vida cotidiana (MEDITSCH, 2010, p.28).

Mas, levando em consideração a hipótese de Meditsch (2010) de que o jornalismo constitui – certamente ao lado dos demais atores sociais – uma forma de conhecimento que contribui para a socialização dos seres humanos, perguntamos: de que forma o jornalismo produz essa socialização? Acreditamos que, para constituir-se enquanto forma de conhecimento que participa da socialização dos seres humanos, o jornalismo se fundamenta em duas categorias que consideramos essências para a sua análise: a categoria de *singular* e a categoria de *poder simbólico*.

O *singular* e o *poder simbólico* como base da produção jornalística de conhecimento

Genro Filho (1987) defende que as categorias filosóficas de *universal*, *particular* e *singular* – desenvolvidas, sobretudo, ainda que de forma idealista, pelo filósofo alemão G. W.

Hegel, e sistematizadas a partir de uma concepção materialista e histórica por Karl Marx – podem oferecer o axioma teórico para uma teoria do jornalismo.

Os conceitos⁷ de singular, particular e universal expressam dimensões reais da objetividade e, por isso, representam conexões lógicas fundamentais do pensamento, capazes de dar conta, igualmente, de *modalidades históricas do conhecimento* segundo mediações que estabelecem entre si e as suas formas predominantes de cristalização (GENRO FILHO, 1987, p.160).

Do ponto de vista da constituição do jornalismo enquanto práxis, este autor postula que o *singular* é categoria central da atividade jornalística.

As informações que circulam entre os indivíduos na comunicação cotidiana apresentam, normalmente, uma cristalização que oscila entre a singularidade e a particularidade. A singularidade se manifesta na atmosfera cultural de uma imediatividade compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto. [...] Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. Como ponto de cristalização que recolhe os movimentos, para si convergentes, da particularidade e da universalidade (GENRO FILHO, 1987, p.160).

Portanto, com base em Genro Filho (1987), pode-se afirmar que o *singular* constitui a *matéria prima* por excelência do jornalismo, sendo a forma na qual se materializam as informações e para onde convergem as determinações particulares e universais.

Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissolivelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo da singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. *O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados.* O particular e o universal são **negados** em sua preponderância ou autonomia e mantidos no horizonte do conteúdo (GENRO FILHO, 1987, p.163, destaques no original; grifos nossos).

Para Genro Filho (1987) o jornalismo não tem a função e nem propriedade para produzir um tipo de conhecimento como o produzido pela ciência, que privilegia as categorias lógico-universais incorporando e, em última instância, dissolvendo a feição *singular* do mundo. No entanto, o fato de a centralidade do jornalismo se localizar no *singular* não quer

⁷ Apenas nesta parte de seu texto Genro Filho utiliza o termo “conceito” para designar o singular, o particular e o universal, mas do ponto de vista filosófico são considerados categorias.

dizer que este *singular* seja elaborado de forma arbitrária e, por consequência, projetado fundamentalmente pela subjetividade do autor-jornalista. Genro Filho (1987, p.65) explica que o processo de significação produzido pelo jornalismo situa-se no encadeamento de duas variáveis muito importantes: a) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; b) as relações e significações que são constituídas no *ato* de sua produção e comunicação.

No entanto, Genro Filho (1987) ressalva que a singularidade – que do ponto de vista filosófico constitui o objetivo da abordagem jornalística – não pode ser confundida com a forma vulgarizada que é tomada comumente pelo que o autor chamou de “jornalismo ‘objetivo’”. Segundo Genro Filho (1987), neste “jornalismo objetivo” a preocupação com a singularidade dos fatos ou com a especificidade não é tratada do ponto de vista teórico, uma vez que a singularidade é tomada com base no senso comum, constituindo um amontoado de coisas ou eventos singulares.

O resultado é que a singularidade é reificada pela compreensão espontânea do jornalista, que acaba aceitando implicitamente a particularidade e a universalidade sugeridas pela imediaticidade e reproduzidas pela ideologia dominante. Assim, a busca da “especificidade” na atividade jornalística limita-se a uma receita técnica de fundo meramente empírico, uma regra operativa que os jornalistas devem seguir sem motivo, tornando-se presa fácil da ideologia burguesa e da fragmentação que ela proporciona. A realidade transforma-se num agregado de fenômenos destituídos de nexos históricos e dialéticos. A totalidade torna-se mera soma das partes; as relações sociais, uma relação arbitrária entre atitudes individuais. O mundo é concebido como algo essencialmente imutável e a sociedade burguesa como algo natural e eterno, cujas disfunções devem ser detectadas pela imprensa e corrigidas pelas autoridades (GENRO FILHO, 1987, p.155-156).

Se a categoria do *singular* pode ser considerada como uma categoria imanente à atividade jornalística, ou seja, indissociável da produção jornalística, consideramos que a categoria de *poder simbólico* é aquela que pode dar ao jornalismo a condição de produzir um conhecimento que influencie na forma de organização social. Em relação à categoria de *poder simbólico*, Bourdieu (1998) afirma que este poder tem a capacidade de “construir realidades” e que as produções simbólicas da realidade são instrumentos que potencializam a dominação de uma classe que já detém poder político e social.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo

assim, segundo a expressão de Weber, para a “dominação dos dominados” (BOURDIEU, 1998, p.11).

Além da função de legitimar a dominação da classe dominante, o *poder simbólico*, para Bourdieu (1989), é um poder que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica. Nesse sentido, todas as formas de poder – poder econômico, poder coercitivo – podem transformar-se em *poder simbólico*, obtendo a vantagem de que o *poder simbólico* pode despotencializar os conflitos ou insatisfações quando estiver sendo utilizado.

O poder simbólico é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que eles encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1998, p.15).

Dessa forma, Bourdieu deixa ainda mais evidenciada a tese de que o *poder simbólico* está posto para exercer e legitimar a dominação das classes dominantes sobre as classes historicamente dominadas. A desarticulação e conseqüente destruição ou anulação dessa forma de poder, que está baseado na alienação e no desconhecimento daqueles em quem exerce influência, poderá se dar somente com a “tomada de consciência” sobre esse poder arbitrário por aqueles que a ele são submetidos. Nesse caso, o *poder simbólico* de desmobilização seria substituído por um *poder simbólico* de mobilização e de subversão, o que levaria a potencializar o poder das classes dominadas de reagirem a essa dominação.

Ao tratar desta questão Thompson (2002, p.231) defende que o *poder simbólico* é a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outras pessoas e de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas. Com isso, esse autor revela que aqueles que exercem o *poder simbólico* utilizam diversos recursos que ele denomina como “meios de informação e comunicação”. Thompson (2002) destaca ainda que o exercício do *poder simbólico* é uma das principais formas de aquisição do *poder político*.

Consideramos que o *poder simbólico* é utilizado pelos meios de comunicação para realizarem o que Rebelo (2006), no texto *Prolegômenos à narrativa mediática do*

acontecimento, chamou de “processo de naturalização”. Rebelo (2006) ao se referir aos processos de naturalização destaca que o cotidiano é, em dada medida, constituído por diversos “problemas”, tais como desemprego, insegurança, falta de habitação. Esses problemas, segundo o autor, são colocados como problemas individuais, de cada pessoa, na medida em que são afetadas diretamente e que, por consequência destes problemas acabam se tornando vítimas. No entanto, para o autor, estes problemas não são “problemas individuais”, na medida em que a sua gênese é exterior a cada pessoa. Em outras palavras, estes problemas não podem ser individuais, pois não foram criados individualmente, fazem parte de uma forma de organização social que passa por um processo de naturalização. Com isso o autor destaca nesta linha que:

Trata-se de problemas que conhecem um processo de naturalização. E é justamente nesse processo de naturalização que nos faz perder a ideia de exterioridade. Que faz com que não tenhamos consciência plena da construção de um itinerário que, se não nos é imposto, nos é insinuado (REBELO, 2006, p.20).

Fundamentando-se em Bourdieu, Rebelo (2006) afirma ainda que esse processo de naturalização faz com que se estabeleça uma espécie de cumplicidade entre dominante e dominado, por meio do qual o dominado reconhece e, reconhecendo, acaba por legitimar e fundamentar a lógica estabelecida pelo dominante. Mas o que a comunicação e especificamente o jornalismo tem a ver com esse processo? Para Rebelo (2006) o jornalismo constitui um mecanismo fundamental para a sedimentação deste processo de naturalização que, afirmamos, contribui substancialmente para a garantia e para manutenção de uma sociedade dividida em classes.

Os grandes meios de comunicação social – jornais, estações de rádio, canais televisivos – constituíram desde sempre dispositivos centrais para o desencadear desses processos de naturalização. Para fabricar adesões. Para forjar consensos, não os “consensos comuns” de inspiração kantiana mas os que ocultam estratégias que Gramsci designava como “hegemônicas”. Para converter, como por magia, uma história fragmentada, em função de interesses e de oportunidades, por vezes inconfessáveis, numa continuidade feita de mutações tão dissimuladas quanto incessantes (REBELO, 2006, p.20).

Segundo este autor, os meios de comunicação contribuem, com isso, para criar uma “unidade indivisível” que se manifesta sem interrupções, sem hiatos. A nosso ver, contribuem para a tentativa histórica da burguesia – enquanto classe dominante – de travestir o seu

pensamento e as suas necessidades particulares de uma universalidade sem base material, precisando, portanto, ser sustentada justamente no campo das ideias, da ideologia.

Notas conclusivas

Neste ensaio buscamos desenvolver a ideia de que o jornalismo se constitui como uma forma de conhecimento. Primeiramente descrevemos o debate em torno deste tema. Em seguida salientamos que os fatos recortados pelo jornalismo, que servem como base para a produção de conhecimento, são social e historicamente construídos; ao mesmo tempo salientamos que o jornalismo, mesmo que de uma forma “terciária” possui uma capacidade de socialização entre os seres sociais. Por fim, procuramos defender que as categorias que fundamentam a produção de conhecimento pela atividade jornalística são o *singular* e o *poder simbólico*.

Em relação a essas duas categorias, levantamos a hipótese, fundamentados em Bourdieu (1989) e Rebelo (2006), de que a comunicação e, particularmente, a atividade jornalística ao trabalharem e utilizarem o *poder simbólico* para naturalizarem e pretenderem universalizar o pensamento da classe dominante carrega consigo uma carga alienante muito intensa. No entanto, se pensarmos a partir da categoria do *singular* – que constitui a práxis jornalística – poderemos recorrer novamente a Genro Filho (1987) para afirmarmos que se o jornalismo tomar a história como um processo de autoprodução ontológica do gênero humano e a política como a dinâmica dos conflitos em torno da qualificação da práxis social, poderá manifestar um potencial desalienante e emancipador. Dessa forma, o jornalismo produzirá um conhecimento que poderá potencializar – ao contrário de uma naturalização das relações sociais hegemônicas sob o domínio da burguesia e do modo de produção capitalista – uma forma de organização social que possibilite a emancipação dos seres humanos.

Portanto, concluímos esse breve ensaio enfatizando que o jornalismo como uma forma de conhecimento tem na *singularidade* um potencial de desvelar as contradições e implicações da particularidade e da universalidade de um determinado fenômeno histórico. Ao mesmo tempo, tem a capacidade de naturalização de acontecimentos que foram histórica e contraditoriamente constituídos, por meio da utilização do *poder simbólico*.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre; Editora Tchê, 1987.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo como forma de conhecimento?** Conferência proferida nos cursos de verão da Arrábida, Portugal, setembro de 1997. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em 23/12/2011.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. S. (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, p.19-42.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. A era glacial da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008. Volume 2.

REBELO, José. **Apresentação**. In: Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, nº 6, 2005, p. 55-58.

REBELO, José. **Prolegómenos à narrativa mediática do acontecimento**. In: Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, nº 8-9, 2006, p. 17-27.

THOMPSON, John. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.